



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: APP CENTRO DE EDUCACAO ADOLFO HEDEL
CNPJ: 01.835.457/0001-89

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:58:21 do dia 16/04/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/10/2024.

Código de controle da certidão: **EE8C.5E5B.315D.4721**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **APP CENTRO DE EDUCACAO ADOLFO HEDEL**

CNPJ/CPF: **01.835.457/0001-89**

(Solicitante sem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SC)

Esta certidão é válida para o número do CPF ou CNPJ informado pelo solicitante, que não consta da base de dados da Secretaria de Estado da Fazenda.

O nome e o CPF ou CNPJ informados pelo solicitante devem ser conferidos com a documentação pessoal do portador.

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**

Número da certidão: **240140115404520**

Data de emissão: **16/04/2024 08:59:14**

Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): **13/10/2024**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 22/07/2024 09:37:25



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA
CNPJ - 83.102.582/0001-44

VÁLIDO ATÉ
21/10/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
SETOR DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO - ARRECADAÇÃO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAL
Nº 3364/2024

Finalidade: PARA FINS DIVERSOS

Nome: APP CENTRO DE EDUCAÇÃO ADOLFO HEDEL

CPF/CNPJ: 01.835.457/0001-89

Endereço: ALAMEDA TROMBUDO ALTO, Nº SN

Complemento:

Bairro: TRES BARRAS

Cidade: Agrolândia - SC

Inscrição Municipal: 140767

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do Sujeito Passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a impostos, taxas e contribuições administrativas pela Secretaria Municipal da Fazenda.

A presente Certidão é válida, sem rasuras por 90 (noventa dias) conforme Lei Complementar 025/2001 de 19/12/2001 e cópia da mesma só terá validade se conferida com a original.

A aceitação da presente certidão está condicionada a verificação de sua validade na internet no endereço: www.agrolandia.sc.gov.br, ou no setor tributário da Prefeitura Municipal.

Validade: 90 dias.

AGROLÂNDIA (SC), 22 de julho de 2024



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: APP CENTRO DE EDUCACAO ADOLFO HEDEL (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 01.835.457/0001-89
Certidão nº: 48529628/2024
Expedição: 11/07/2024, às 17:04:41
Validade: 07/01/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **APP CENTRO DE EDUCACAO ADOLFO HEDEL (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **01.835.457/0001-89**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

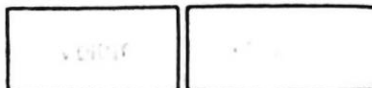
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF****Inscrição:** 01.835.457/0001-89**Razão**

APP ESCOLA ISOLADA MUNICIPAL ADOLFO HEDEL

Social:**Endereço:** AL TROMBUDO ALTO SN 0 / TRES BARRAS / AGROLÂNDIA / SC / 88420-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 30/06/2024 a 29/07/2024**Certificação Número:** 2024063002510673622177

Informação obtida em 11/07/2024 17:00:09

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE AGROLÂNDIA
Secretaria de Desenvolvimento Empresarial
e do Turismo

Praça dos Pioneiros, nº 08, Centro, Agrolândia, SC – CEP: 88420-000



ANEXO

TERMO DE COMPROMISSO DE OCUPAÇÃO DO ESTANDE
(Um termo para cada expositor/empreendimento)

Eu, Morgane L. Schmeider, representante do
empreendimento E.E. Adolfo Redel, pertencente ao
município Agrolândia assumo o compromisso de participar na
condição de expositor/empreendimento da XXXIV Fecol 2024 com os produtos por mim
produzidos e que atendam as normas estabelecidas na legislação vigente.

Estou ciente das informações contidas no guia de orientações para a participação na
feira de comercialização de pastel e café, responsabilizo-me pelo
cumprimento das normas, prazos e horários de funcionamento da fe

Morgane L. Schmeider
Assinatura do responsável do empreendimento

RECEBIMOS DO(A) EXPOSITOR MORGANE L. SCHMEIDER
O(A) SECRETÁRIO(A) DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E DO TURISMO
EM 12/03/2024 ÀS 10:00 HORAS
PARA O(A) EXPOSITOR MORGANE L. SCHMEIDER
O(A) SECRETÁRIO(A) DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E DO TURISMO
EM 12/03/2024 ÀS 10:00 HORAS
PARA O(A) EXPOSITOR MORGANE L. SCHMEIDER



www.agrolandia.sc.gov.br
Telefone: (47)35344212 - (47)3534155



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3.478.378 DATA DE EXPEDIÇÃO 12.04.1994

NOME JORGE BENTO DA SILVA

FILIAÇÃO Bernardino Bento da Silva
Olga Lourenço da Silva

NATURALIDADE Lages-SC DATA DE NASCIMENTO 16.11.1975

DOC ORIGEM Cert.Nasc.Nº 4.642 Fls.263 L.04
Cart.Oliveira-Otacílio Costa SC

CPF 951 615 629 00

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| | | |
|--|---|--|
| <div>NUMERO DE INSCRIÇÃO 01.835.457/0001-89 MATRIZ</div> | <div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div> | <div>DATA DE ABERTURA 19/05/1997</div> |
|--|---|--|

NOME EMPRESARIAL
APP CENTRO DE EDUCACAO ADOLFO HEDEL

| | |
|---|-----------------------------|
| <div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div> | <div>PORTE DEMAIS</div> |
|---|-----------------------------|

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

| | | |
|--|--------------------------|----------------------------------|
| <div>LOGRADOURO AL TROMBUDO ALTO</div> | <div>NÚMERO SN</div> | <div>COMPLEMENTO *****</div> |
|--|--------------------------|----------------------------------|

| | | | |
|-------------------------------|--|-------------------------------------|----------------------|
| <div>CEP 88.420-000</div> | <div>BAIRRO/DISTRITO TRES BARRAS</div> | <div>MUNICÍPIO AGROLANDIA</div> | <div>UF SC</div> |
|-------------------------------|--|-------------------------------------|----------------------|

| | |
|--------------------------------|---------------------------------------|
| <div>ENDEREÇO ELETRÔNICO</div> | <div>TELEFONE (47) 5344-542</div> |
|--------------------------------|---------------------------------------|

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

| | |
|---|--|
| <div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div> | <div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 13/11/2018</div> |
|---|--|

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

| | |
|--|--|
| <div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div> | <div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div> |
|--|--|

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 22/07/2024 às 09:39:12 (data e hora de Brasília).

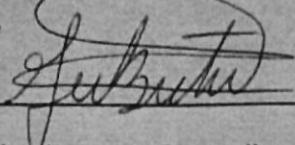
Página: 1/1

Ata de assembleia geral e ordinária, eleição e posse de diretoria

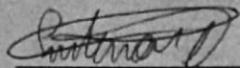
Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, reuniram-se às dezenove e trinta horas a Associação de Pais e Professores (APP), CNPJ 01.835.457/0001-89, do Centro de Educação Adolfo Hedel, numa assembleia geral para eleição e tomada de posse da nova Diretoria da Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Adolfo Hedel para o mandato de onze de novembro do ano de dois mil e vinte e dois a 11 de novembro de 2024. Dando início a reunião a diretora do Centro de Educação Adolfo Hedel, Morgana Fátima Schneider cumprimentou todos os presentes dando-lhes boas-vindas. Neste dia também acontecia na escola a Mostra de Trabalhos. A diretora agradeceu o trabalho de alunos e professores e a disponibilidade das famílias e da comunidade, em prestigiar o evento. Na sequência, agradeceu os membros da diretoria atual, pelo empenho e a dedicação nestes dois anos. Então passou a apresentar os nomes que compunham a chapa única. Solicitou então, que quem concordasse com a eleição dessa chapa, erguesse a mão. A chapa foi eleita por unanimidade. Pediu-se que os membros da diretoria recém-eleita, viessem a frente para serem saudados! Na sequência a diretora falou das diversas promoções que foram realizadas este ano e que resultaram em um saldo bancário de aproximadamente oitenta mil reais, além de todos os valores gastos até o presente momento. Este valor ficará para a nova diretoria utilizar no que está previsto no Plano de metas e possíveis necessidades. Uma das metas é a troca do telhado, que devido as infiltrações da água da chuva, vem com o tempo danificando a escola. Logo após houve o sorteio dos cupons da Campanha para a Preservação do Meio Ambiente. Quem ganhou foi a aluna Brenda do quarto ano matutino. Na sequência a diretora Morgana, agradeceu mais uma vez a presença de todos e informou aos pais e responsáveis, que a Mostra de Trabalho estava encerrada. Sem nada mais a tratar, a lavro esta ata, que será assinada pelo membros da Diretoria eleitos e empossados, sendo que os demais registraram no livro de presença.

Presidente: Jorge Bento da Silva, brasileiro, nascido em 16/11/1975 na cidade de Lages Gerente Administrativo, solteiro, residente junto a estrada geral Ribeirão das Pedras, S/N, Agrolândia-SC, CEP:88420-000

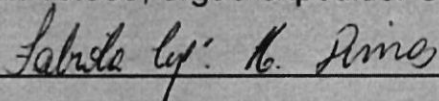
portador do CPF 951.615-629-00 e RG 3.478.378, órgão expedidor SSP-SC em 12/04/1994.



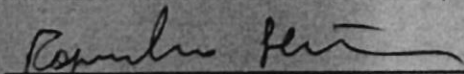
Vice-Presidente: Anderson Carvalho, brasileiro, nascido em 05/04/1989 na cidade de Agrolândia, Gerente de vendas, solteiro, residente junto a estrada geral Rio Novo, S/N, Agrolândia-SC, CEP:88420-000 portador do CPF 077.037.499-90 e RG 4.374.772, órgão expedidor SSP-SC em 11/04/2007.



Tesoureiro: Fabiola Henning Dimas, brasileira, nascida em 23/04/1981 na cidade de Agrolândia, professora, casada, residente junto a rua Eduardo Henning, 58, Centro, Agrolândia-SC, CEP:88420-000 portador do CPF 030.308.169-40 e RG 3869.569, órgão expedidor SSP-SC em 12/12/2007. Cônjuge: Delírio Dimas, brasileiro, nascido em 17/10/1979 na cidade de Trombudo Central, casado, aposentado, residente a Eduardo Henning, 58, Centro, Agrolândia-SC, portador do CPF 003.581.069-66 e RG 3.718.660, órgão expedidor SSP-SC em 11/10/1994.



Vice-Tesoureiro: Rosenildo Horstmann, brasileiro, nascido em 29/06/1980 na cidade de Trombudo Central, casado, pintor, residente a Estrada Geral, S/N, Bairro Rio Novo, Agrolândia-SC, CEP: 88420-000 portador do CPF 03903415928 e RG 3718683, órgão expedidor SSP-SC em 08/10/1994 ; Cônjuge: Eluisa Pickler, brasileira, nascida em 19/05/1985 na cidade de Agrolândia, casada, dona de casa, residente a Estrada Geral, S/N, Bairro Rio Novo, Agrolândia-SC, portadora do CPF 05428745983 e RG 4374920, órgão expedidor SSP-SC em 10/08/2005.



Secretária: Mônica Aparecida Carvalho Piske, brasileira, nascida em 05/07/1969 na cidade de Agrolândia, casada, professora, residente junto a rua Frederico Prochnow Nº 145, Centro, Agrolândia-SC, CEP: 88420-000 portadora do CPF 67499449904 e RG 2335201, órgão expedidor SSP-SC em 05/10/2015; **Cônjuge:** Cairo Piske, brasileiro, nascido em 10/10/1954 na cidade de Agrolândia, casado, pedreiro, residente junto a rua Frederico Prochnow Nº 145, Centro, Agrolândia-SC, CEP: 88420-000 portador do CPF 64697673972 e RG 1896248, órgão expedidor SSP-SC em 05/10/2015.

Mônica Proke

Vice-Secretária: Eliane Lopes da Silva Preis, brasileira, nascida em na cidade de Trombudo Central, casada, comerciante, residente junto a Alameda Trombudo Alto, S/N, Agrolândia-SC, CEP: 88420-000 portadora do CPF 020.363.869-70 e RG 3.638.689-8, órgão expedidor SSP-SC em 01/02/2000; **Cônjuge:** Pedro Preis, brasileiro, nascido em 23/06/1976 na cidade de Agrolândia, casado, mecânico, residente junto Alameda Trombudo, SN, Agrolândia-SC, CEP: 88420-000 portador do CPF 016.381.599-20 e RG 3.272.371, órgão expedidor SSP-SC em 18/03/2021.

Eliane Preis

Conselho Fiscal: Kelvin Felaço, brasileiro, nascido em 28/12/1992 na cidade de Trombudo Central, Professor, solteiro, residente junto a Rua São Paulo, 77, Agrolândia-SC, CEP: 88420-000 portador do CPF 073.020.489.83 e RG 4374794, órgão expedidor SSP-SC em 14/12/2017.

Kelvin Felaço

Conselho Fiscal: Kurt Teske, brasileiro, nascido em 14/05/1984 na cidade de Blumenau, Empresário, casado, residente junto Rua Alberto Koepsel, S/N, Agrolândia-SC, CEP: 88420-000 portador do CPF 039.676.659-50 e RG 3.993.944, órgão expedidor SSP-SC em 14/03/2007. **Cônjuge:** Elaine Máisa Barg Teske, brasileira, nascida em 21/03/1990 na cidade de Agrolândia, Empresária, casada, residente junto Rua Alberto Koepsel, S/N, Agrolândia-SC, CEP: 88420-000 portador do CPF 071.541.239-86 e RG 4.404.068, órgão expedidor SSP-SC em 09/11/2011.

Kurt Teske

Conselho Fiscal: Juliana Pavilha Muniz da Costa, brasileira, nascida em 18/06/1982 na cidade de Rio do Campo, casada, professora, residente e domiciliada a Estrada Geral Serra dos Alves, 12123, Serra dos Alves, Agrolândia-SC, CEP: 88420-000, portadora do CPF 038.646.068-85 e RG 4.154.004-2, órgão expedidor SESP-SC em 28/08/2002; **Cônjuge:** Josinei Muniz da Costa, brasileiro, nascido em 17/07/1981 na cidade de Trombudo Central, casado, agricultor, residente e domiciliado a Estrada Geral Serra dos Alves, 12123, Serra dos Alves, Agrolândia-SC, CEP

88420-000, portador do CPF 007.733.499-01 e RG 4.404.074, órgão expedidor SESP-SC em 22/08/2018.

Juliano Bulho Nogueira de Costa

Conselho Fiscal: Fábio Maurício Maciel, brasileiro, nascido em 18/02/1977 na cidade de Rio do Sul, casado, professor, residente e domiciliado a Rua XV de Novembro, 713, Centro, Atalanta-SC CEP 88410-000, portador do CPF 970.155.479-53 e RG 2.259.386, órgão expedidor SSP-SC em 08/01/2019; **Cônjuge:** Lilian Sebold Maciel, brasileira, nascida em 27/01/1981 na cidade de Rio do Sul, casada, assistente social, residente a Rua XV de Novembro, 713, Centro Atalanta-SC, CEP 88410-000 portadora do CPF 029.902.039-82 e RG 3.161.194, órgão expedidor SSP-SC em 31/07/2007.

[Assinatura]

Conselho Fiscal: Elaine Maísa Barg Teske, brasileira, nascida em 21/03/1990 na cidade de Agrolândia, Empresária, casada, residente junto Rua Alberto Koepsel, S/N, Agrolândia-SC, CEP: 88420-000 portador do CPF 071.541.239-86 e RG 4.404.068, órgão expedidor SSP-SC em 09/11/2011. **Cônjuge:** Kurt Teske, brasileiro, nascido em 14/05/1984 na cidade de Blumenau, Empresário, casado, residente junto Rua Alberto Koepsel, S/N, Agrolândia-SC, CEP: 88420-000 portador do CPF 039.676.659-50 e RG 3.993.944, órgão expedidor SSP-SC em 14/03/2007.

[Assinatura]

[Assinatura]

Marcel Mantau
Advogado
OAB/SC 54.002



PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO EXTRAJUDICIAL
SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Rua Nereu Ramos, nº 850 - Vila Nova - Trombudo Central
CNPJ 79.372.934/0001-04 - rtd@registroalcantara.com.br
Fone: (047) 544-0588/544-0414

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ, que na data abaixo assinalada registramos neste SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE TROMBUDO CENTRAL, a seguinte documentação do CENTRO DE EDUCAÇÃO ADOLFO HEDEL:

Ata da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA datada de 18.12.2004, para deliberarem sobre as alterações necessárias no ESTATUTO para adequação às normas do Novo CÓDIGO CIVIL, transcrita no Livro de Atas nas fls. 85v. *usque* 86, registrada no LIVRO A-06 – Fls. 08, sob Termo nº 0584, cujo protocolo é o de nº 72400, com a respectiva Lista de Presenças.

ESTATUTO do CENTRO DE EDUCAÇÃO ADOLFO HEDEL, contendo 51 artigos, datado de 20.12.2004, devidamente subscrito por Advogado, incluso no Livro de Atas às fls. 86v. *usque* 93, registrado no Livro A-06 às fls. 09, sob Termo n.º 0585, cujo protocolo é o de n.º 72401.



SERVIÇO REGISTRAL CIVIL
DAS PESSOAS JURÍDICAS

O referido é verdade e dou fé.

Trombudo Central, 07 de janeiro de 2005.

M.ª Goretti dos Santos Alcântara
Registradora

Emolumentos da Certidão: isentos.



PODER JUDICIÁRIO - SERVIÇO EXTRAJUDICIAL
SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Rua Nereu Ramos, nº 850 - Vila Nova - Trombudo Central
CNPJ 79.372.934/0001-04 - rtd@registroalcantara.com.br
Fone (047) 544-0588/544-0414

CERTIDÃO

CERTIFICO E DOU FÉ, que na data abaixo assinalada registramos neste SERVIÇO REGISTRAL CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE TROMBUDO CENTRAL, a seguinte documentação do CENTRO DE EDUCAÇÃO ADOLFO HEDEL:

Ata da ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA datada de 18.12.2004, para deliberarem sobre as alterações necessárias no ESTATUTO para adequação às normas do Novo CÓDIGO CIVIL, transcrita no Livro de Atas nas fls. 85v. *usque* 86, registrada no LIVRO A-06 – Fls. 08, sob Termo nº 0584, cujo protocolo é o de nº 72400, com a respectiva Lista de Presenças.

ESTATUTO do CENTRO DE EDUCAÇÃO ADOLFO HEDEL, contendo 51 artigos, datado de 20.12.2004, devidamente subscrito por Advogado, incluso no Livro de Atas às fls. 86v. *usque* 93, registrado no Livro A-06 às fls. 09, sob Termo n.º 0585, cujo protocolo é o de n.º 72401.



O referido é verdade e dou fé.

Trombudo Central, 07 de janeiro de 2005.

**M.ª Goretti dos Santos Alcântara
Registradora**

Emolumentos da Certidão: isentos.

Aos dezoito dias do mês Dezembro de dois e quatro, às catorze horas e 30 (trinta) minutos, nas dependências do Centro de Educação Adolfo Hedel, situado à Rua Alameda Trombudo Alto, em reunião extraordinária, reuniram-se a Associação de Pais e Professores para deliberarem a seguinte pauta do dia: Análise do Estatuto do Centro de Educação para alterações conforme Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, que institui o código civil que trata das Associações, sendo que o presente Estatuto teve suas alterações: Na Seção II da Assembleia Geral, incluindo o parágrafo 1º: A convocação da Assembleia Geral, far-se-á na forma do Estatuto, garantindo um quinto dos associados o direito de promovê-la. O artigo 8º ficou assim constituído: A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pelo Presidente da Associação de Pais e Professores, por 2/3 (dois terços) de membros do Conselho Deliberativo ou Fiscal e / ou por 1/5 (um quinto) dos associados. Incluindo-se o parágrafo 4º: Para as deliberações referente a destituição dos administradores a alteração do Estatuto é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes. No capítulo III- Dos Sócios- Direitos e Deveres foi incluído o art. 25- São requisitos para a admissão: I- Ser brasileiro; II- Ser maior de 18 anos; III- Ser pai, responsável ou professor. Parágrafo 1º: São requisitos de demissão: I- faltar à 03 (três) reuniões de Assembleia Geral consecutivas ou 05 (cinco) alternadas. Parágrafo 2º: São requisitos de exclusão: A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, obedecido o disposto no estatuto, sendo este omissivo, poderá também ocorrer se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim. Art. 26: Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no Estatuto. Art. 29: Não há entre os associados, direitos e obrigações recíprocas. Na seção II da Dissolução- parágrafo único: Em caso de dissolução da APP (Associação de pais e Professores) o destino de seu patrimônio respeitados os compromissos existentes será deliberado por assembleia Geral, podendo ser destinado à entidades de fins não econômicos designados no Estatuto, ou, omissivo este, por deliberação dos associados; à instituições municipais, estaduais ou federais, de fins idênticos ou semelhantes. Outro assunto em pauta foi referente a modificação do nome da Escola, visto que a Unidade escolar passou por alteração do nome com a Lei nº 1.246 de 22/08/01 que denominou "Escola Isolada Municipal Adolfo Hedel" para " Centro de Educação Adolfo Hedel", onde passa então a constar no presente Estatuto. Após feito as alterações foi apresentado e lido aos membros o Estatuto na sua íntegra, onde o mesmo foi aprovado por todos. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião que fica assinada por mim e pelos demais membros presentes: Sônia Juçara Krieck, Aurimar Knaul, Lillian B. Knaul, Miriam Lucttenberg Ender, Gilmar Pereira, Marlme Roeder, Valmira Andrades Pereira, Helena Preis, Haneloure Bauer, Erani Neuhaus L. de Jesus, Roselia Bauer, Antônio Neuhaus, Neuza de Figueiredo, Célia Giseler, Marlene Aparecida da Costa, Adilson P. da Costa, Rosangela Melo Figueiredo Barbosa, Zenita N. Pereira, Andréia S. Ribeiro, Zenita Kniss, Denise Boeira, Emanuele Correa, Ingrid P. Kug, Aldori L. de Souza, Marlene RS. Souza, Margarete Radunz, Marciana Ender, Leila Mara Serpa Kurten, Daurico Rosa, Cassiane Ap. da Costa, Agilã Z. S. Passig, Lorete Barg Michels, Amarildo Michels.

Declaro para os devidos fins, que esta via confere com a original.

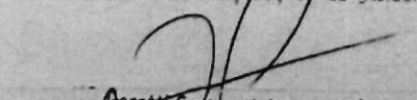
Agrolândia, 07 de janeiro de 2005.

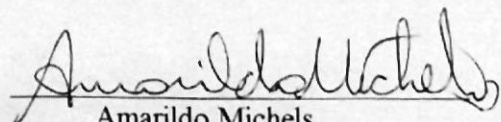
SERVIÇO REGISTRAL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Protocolo A-26 Fls.: 219V Nro.Ordem: 72400

Livro: A-06 Reg.: 584 Fls.: 8

Trombudo Central, SC, 07 de janeiro de 2005


Rosetti Santos Aleandra
Registradora


Amarildo Michels
Presidente do C.E.



SERVIÇO REGISTRAL CIVIL
DAS PESSOAS JURÍDICAS

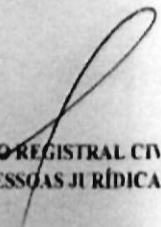
MINUTA DO ESTATUTO

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES
Nome da Unidade Executora

CENTRO DE EDUCAÇÃO
ADOLFO HEDEL

AGROLÂNDIA
Município

SANTA CATARINA
Estado


SERVIÇO REGISTRAL CIVIL
DAS PESSOAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO E FINALIDADE

SEÇÃO I

DA CONSTITUIÇÃO

Art. 1º A doravante denominada, Associação de Pais e Professores, fundada em 06/03/80, na unidade escolar Centro de Educação Adolfo Hedel. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, de duração indeterminada, com atuação junto à referida unidade escolar, sede e foro no Município de Agrolândia, Estado de Santa Catarina, e será regida pelo presente estatuto.

SEÇÃO II

DA FINALIDADE

Art. 2º A Associação tem por finalidade geral colaborar na assistência e formação do educando, por meio da aproximação entre pais, alunos e professores, promovendo a integração: poder público – comunidade – Centro educacional – família.

Art. 3º Constituem finalidade específica da Associação de Pais e professores a conjunção de esforços, a articulação de objetos e a harmonia de procedimentos, o que caracteriza principalmente por:

- a) integrar junto ao Centro de Educação como instrumento de ação, promovendo o bem estar da comunidade do ponto de vista educativo, cultural e social;
- b) promover a aproximação e a cooperação dos membros da comunidade pelas atividades escolares;
- c) contribuir para a solução de problemas inerentes à vista escolar, preservando uma convivência harmônica entre pais ou responsáveis legais, professores, alunos e funcionários do Centro educacional;
- d) cooperar na conservação dos equipamentos e prédios da unidade escolar;
- e) administrar, de acordo com as normas legais que regem a atuação da Associação de Pais e professores, os recursos provenientes de subvenções, convênios, doações e arrecadação da entidade;
- f) incentivar a criação do grêmio estudantil e trabalhar cooperativamente com o mesmo.

CAPÍTULO II

Dr. Carlos Sandro Heinert
ADVOGADO
OAB/SC 5919 C.F. 434.372.379-00

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

SEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

SERVIÇO REGISTRAL CIVIL
DAS PESSOAS JURÍDICAS

Art. 4º A Unidade Executora compõe-se de :

- I – Assembléia Geral;
- II – Conselho Deliberativo;
- III – Diretoria;
- IV – Conselho Fiscal.

SEÇÃO II DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 5º A Assembléia Geral é constituída pela totalidade dos associados e é soberana em suas deliberações, respeitadas as disposições deste Estatuto.

§ 1º – A convocação da assembléia Geral far-se-á na forma do estatuto, garantindo a um quinto dos associados o direito de promovê-la;

§ 2º - A Assembléia Geral será convocada e presidida pelo Presidente da APP ou Docentes do Centro Educacional.

Art. 6º - Cabe à Assembléia Geral:

- I - Fundar a unidade executora;
- II – Eleger e dar posse à Diretoria, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal;
- III – Discutir e aprovar o estatuto da entidade.

§ 1º Far-se-á convocação por comunicação escrita, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, para as sessões extraordinárias.

§ 2º As decisões tomadas pela Assembléia geral só terão validade se aprovadas pela maioria absoluta (primeira convocação) e pela maioria simples (segunda convocação) e seus membros, decorridos 30 (trinta) minutos da primeira convocação.

Art. 7º - A Assembléias Geral será Ordinária ou Extraordinária.

§ 1º - A Assembléia Geral Ordinária será convocada e presidida pelo presidente da Associação de Pais e Professores, com o mínimo de 3 (três) dias de antecedência.

Dr. Carlos Sandro Heinert
ADVOGADO
OAB/SC 5910 CPF 434.372.579-00

§ 2º - A Assembleia Geral Ordinária ocorrerá duas vezes por ano, ou segundo prazo estabelecido pelo estatuto, em primeira convocação, com a presença da metade mais um dos associados, ou em segunda convocação, 30 (trinta) minutos depois, com qualquer número.

§ 3º - As deliberações das assembleias gerais serão aprovadas por metade mais um dos sócios presentes.

§ 4º - Compete à Assembleia Geral Ordinária deliberar acerca dos seguintes assuntos:

- a) discutir e aprovar a programação Anual, o Relatório Anual, o Plano de aplicação de recursos e a Prestação de contas do exercício findo, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal;
- b) deliberar sobre eleições, eleger Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo, podendo também preencher cargos vagos ou criar novos, se o Estatuto assim o permitir.

Art. 8º - A Assembleia Geral Extraordinária será convocada pelo Presidente da Associação de Pais e professores, por 2/3 dos membros do Conselho Deliberativo ou Fiscal e / ou por 1/5 dos associados.

§ 1º - A Assembleia Geral Extraordinária é presidida pelo Presidente da Associação de Pais e professores, ou por seu substituto legal, sempre que se fizer necessário.

§ 2º - As decisões tomadas pela Assembleia só terão validade se aprovadas pela maioria absoluta (primeira convocação) ou pela maioria simples (segunda convocação) de seus membros, decorridos 30 (trinta) minutos da primeira convocação.

§ 3º - Compete à Assembleia Geral Extraordinária:

- a) deliberar sobre assuntos não previstos neste estatuto;
- b) alterar o nome da Associação de Pais e Professores, em decorrência da alteração do nome do Centro educacional;
- c) transformar as finalidades e / ou serviços oferecidos pelo centro Educacional;
- d) alterar o Estatuto;
- e) destituir a Diretoria, quando for o caso.

§ 4º - Para as deliberações referentes a destituição dos administradores e alteração de estatuto é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Dr. Carlos Sandro Heinert
ADVOGADO
OAB/SC 5919 / CPF: 434.372.579-00

SEÇÃO III
DO CONSELHO DELIBERATIVO.

SERVIÇO REGISTRAL CIVIL
DAS PESSOAS JURÍDICAS

Art. 9º - O Conselho Deliberativo é constituído dos seguintes membros:

- I - Presidente;
- II - Secretário;
- III - Conselheiros.

§ 1º - A presidência é exercida por um representante de pais, diretor ou professor do Centro de Educação;

§ 2º - O cargo de secretário deverá ser ocupado por um professor ou Pai do Centro de Educação;

§ 3º - Os conselheiros totalizam-se em número de 5 (cinco) membros, escolhidos em Assembléia geral pelo diretor da escola), um secretário (cargo que deverá ser ocupado por um professor da unidade escolar ou pelo secretário da escola) e conselheiros (em número de cinco, sendo quatro pais de alunos e um professor). O número de Conselheiros será decidido pelo Centro de Educação;

Art. 10 - Cabe ao Conselho deliberativo:

- I - apreciar o Plano de ação da Diretoria para respectivo exercício;
- II - aprovar o Plano de aplicação de recursos;
- II- revisar os balancetes de receitas e despesas, apresentados nas reuniões pela Diretoria, emitindo parecer por escrito com assinatura de 1 (um) conselheiro que seja pai / responsável ;
- IV - promover sindicância para apurar ocorrência de irregularidade no âmbito de sua competência;
- V - determinar a perda de mandato dos membros da Diretoria por violação do Estatuto;
- VI - emitir parecer conclusivo sobre matérias levadas à apreciação do colegiado;
- VIII - reunir-se ordinariamente 1 (uma) vez por bimestre.

Parágrafo Único - As decisões emanadas do Conselho Deliberativo só terão validade se aprovadas por maioria absoluta.

SEÇÃO IV
DA DIRETORIA

Art. 11 - A Diretoria é o órgão executivo e coordenador da unidade executora.

Dr. Carlos Sandro Kleinert
ADVOCADO
OAB/SC 6619 CPF. 434.372.579-00

Parágrafo único – A diretoria será eleita em Assembleia geral Ordinária, para um mandato de 2 (dois) anos, mediante chapas registradas com antecedência mínima de dez dias, podendo ser reconduzida uma vez por igual período.

Art. 12 – A diretoria terá a seguinte composição:

- I – Presidente;
- II – Vice- presidente;
- III – Secretário;
- IV – Vice-Secretário;
- V – Tesoureiro;
- VI – Vice- Tesoureiro.

SERVIÇO REGISTRAL CIVIL
DAS PESSOAS JURÍDICAS

Parágrafo único – Na composição dos membros da Diretoria, deverão ser respeitadas as seguintes condições para a sua ocupação:

- a) Presidente: diretor (a) da escola, ou pai de aluno conforme o caso;
- b) Vice-Presidente: pai ou responsável;
- c) Secretário: pai / responsável ou professor;
- d) Tesoureiro: pai / responsável ou professor.
- e) Vice-tesoureiro: pai / responsável ou professor

Art. 13- O exercício dos cargos da direção não serão remunerados.

Art. 14—Em caso de vacância de qualquer cargo para o qual não haja substituto legal, caberá à assembleia Geral Extraordinária (a ser marcada) eleger um substituto.

Art. 15- A diretoria, no todo ou em parte, poderá ser destituída por decisão da Assembleia geral, quando constatado desvirtuamento de suas funções.

Art. 16- Compete à Diretoria:

- I- elaborar e executar a programação anual e o Plano de Aplicação de recursos da Associação de Pais e Professores;
- II- deliberar sobre a aplicação e movimentação dos recursos da Associação de pais e professores;
- III- encaminhar aos Conselhos Fiscal e Deliberativo o balanço e o relatórios, antes de submete-los à apreciação da Assembleia Geral;
- IV- em caso de convênio, enviar à Secretaria Municipal de Educação (SME) e à Secretaria Estadual de educação (SEE), quando for o caso, trimestralmente, o demonstrativo de receita e despesa e a prestação de contas, conforme critérios de aplicação definidos por aquele órgão;
- V- exercer as demais atribuições decorrentes de outros dispositivos deste Estatuto e as que lhe venham a ser legalmente conferidos;
- VI- decidir casos omissos;
- VII- cumprir e fazer cumprir as deliberações das Assembleias Gerais;

Dr. Carlos Sandro Heinert
ADVOGADO
OAB/SC 5910/CPF:434.372.579-00

Art. 17- Compete ao Presidente:

- I- convocar e presidir as assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias e as reuniões da Diretoria;
- II- representar a entidade em juízo e fora dele;
- III- administrar, juntamente com o Tesoureiro e em consonância com o Estatuto, os recursos financeiros da entidade;
- IV- ler e tomar as providências cabíveis quanto à correspondida recebida e expedida;
- V- promover o entrosamento entre os membros da diretoria, a fim de que as funções sejam desempenhadas satisfatoriamente;
- VI- exercer as demais atribuições previstas neste estatuto ou que venham a ser exercidas pela Diretoria;
- VII- administrar a unidade executora e divulgar as suas finalidades;
- VIII- apresentar relatório anual dos trabalhos realizados;

Art. 18- Compete ao Vice Presidente:

- I- auxiliar o presidente nas funções pertinentes ao cargo;
- II- assumir as funções do Presidente quando este estiver impedido de exercê-las.

Art. 19- Compete ao Secretário:

- I- elaborar a correspondência e a documentação: atas, cartas, ofícios, comunicados, convocações;
- II- ler as atas em reuniões e assembléias;
- III- assinar juntamente com o Presidente a correspondência expedida;
- IV- manter organizado e arquivada a documentação expedida e recebida;
- V- conservar o livro ata em dia e sem rasuras;
- VI- elaborar, juntamente com os demais membros da Diretoria o relatório anual;

Art. 20- Compete ao Vice- Secretário:

- I- auxiliar o secretário nas funções pertinentes ao cargo;
- II- assumir as funções do secretário quando este estiver impedido de exercê-las.

Art. 21- Compete ao Tesoureiro:

- I- assumir a responsabilidade da movimentação financeira (entrada e saída de valores);
- II- assinar, juntamente com o Presidente, os cheques, recibos e balancetes;
- III- prestar contas, no mínimo a cada três meses, à Diretoria e ao Conselho Fiscal e, anualmente, em Assembléia Geral, aos associados;
- IV- manter os livros contábeis (caixa e tombo) em dia e sem rasuras.

Dr. Carlos Sandro Heinert
ADVOGADO
OAB/SC 8919 CPF 434.372.579-00

Art. 22- Compete ao Vice-tesoureiro:

- I- auxiliar o tesoureiro nas funções pertinentes ao cargo;
- II- assumir as funções do tesoureiro quando este estiver impedido de exercê-las.

SEÇÃO V

DO CONSELHO FISCAL

Art.23- O conselho Fiscal é o órgão de controle e fiscalização da Unidade Executora. Será constituído por 5 (cinco) membros efetivos e 4 (quatro) pais e 1 (um) professor.

§ 1º- O Conselho Fiscal deverá ser eleito na primeira Assembléia Geral Ordinária, após a eleição da Diretoria.

§ 2º- O Conselho Fiscal será presidido por um desses membros, escolhidos por seus pares na primeira reunião.

Art. 24- Compete ao Conselho Fiscal:

- I- fiscalizar as ações e a movimentação financeira da Unidade Executora: entradas, saídas e aplicação de recursos, emitindo pareceres para posterior apreciação da Assembléia Geral;
- II- examinar e aprovar a programação anual, o relatório e a prestação de contas de contas, sugerindo alterações, se necessário, e emitir parecer;
- III- solicitar à Diretoria, sempre que se fizer necessário, esclarecimentos e documentos comprobatórios de receita e despesa;
- IV- apontar à Assembléia Geral as irregularidades, sugerindo as medidas que julgar úteis à Associação de Pais e Professores;
- V- convocar à Assembléia Geral Ordinária, se o Presidente da Associação de pais e professores retardar por mais de um mês a sua convocação, e convocar a Assembléia Geral Extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes.

CAPÍTULO III

DOS SÓCIOS –DIREITOS E DEVERES

SEÇÃO I

DOS SÓCIOS

Art.25- O quadro social da Associação de pais e Professores é constituído por um número ilimitado de sócios e composto de:

Dr. Carlos Sandro Heinert
ADVOGADO
OAB/SC 8919 CPF 434.372.579-00

- I- sócios efetivos,
- II- sócios colaboradores,

§ 1º- São considerados sócios efetivos:

- a) diretor ou coordenador, quando for o caso,
- b) vice-diretor, quando for o caso,
- c) professores,
- d) pais/ responsáveis,
- e) alunos maiores;

§ 2º- São considerados sócios colaboradores:

- a) pessoal técnico administrativo, quando existir;
- b) ex-diretores ou coordenadores do estabelecimento de ensino;
- c) pais/ responsáveis de ex-alunos;
- d) ex-alunos maiores;
- e) ex-professores;
- f) membros da comunidade escolar que desejam prestar serviços ao Centro de Educação.
- g) Comunidade em geral.

Art. 26- São requisitos para a admissão

- I- brasileiro,
- II- ser maior de dezoito anos de idade,
- III- ser pai, responsável ou professor

§ 1º- São requisitos para demissão

- I- faltar em três reuniões de assembleia Geral consecutivas ou cinco faltas alternadas.

§ 2º- São requisitos de exclusão

- I- A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, obedecido o disposto no estatuto; sendo este omissivo, poderá também ocorrer se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

Art. 27- Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no estatuto.

Dr. Carlos Sandro Fleinert
ADVOGADO
OAB/SC 8919 CPF 434.372.579-00

SEÇÃO II

DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 28- Constituem direitos dos sócios:

- I- apresentar sugestões e oferecer colaboração aos dirigentes da UEX;
- II- participar das atividades associativas;
- III- votar e ser votado;
- IV- solicitar em Assembléia Geral esclarecimentos e respeito da utilização dos recursos financeiros da Associação de Pais e Professores e dos atos da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- V- apresentar pessoas da comunidade para ampliação do quadro de sócios;

Art. 29- Constituem deveres dos sócios:

- I- conhecer o Estatuto da Associação de Pais e professores;
- II- participar das reuniões e assembléias para as quais forem convocados;
- III- cooperar, de acordo com suas possibilidades, para a constituição do fundo financeiro da Associação de Pais e professores;
- IV- colaborar na realização das atividades da Associação de pais e Professores.

Art. 30- Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocas.

CAPÍTULO IV

SEÇÃO I

DAS REUNIÕES

Art. 31- Haverá reuniões administrativas, convocadas pelo Presidente, no mínimo 1 (uma) vez a cada 2 (dois) meses, com a presença da Diretoria e / ou dos conselhos Fiscal e Deliberativo da Associação de Pais e Professores.

CAPÍTULO V

SEÇÃO I

DAS ELEIÇÕES DA DIRETORIA E DOS CONSELHOS

Dr. Carlos Sandro Heinert
ADVOGADO
OAB/SC 8919 CPF 434.372.579-00

Art.32- As eleições para os cargos da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo dar-se-ão no primeiro bimestre letivo, em Assembléia Geral, por aclamação ou voto secreto, e a posse deverá ocorrer nos 30(trinta) dias subseqüentes.

Art.33- Na apuração dos votos, deverão participar, preferencialmente, os funcionários do corpo administrativo da unidade escolar, sob a fiscalização de uma comissão de pais e professores que não sejam candidatos.

Art.34- Os membros eleitos terão mandato pelo período de 2 (dois) anos, permitida a reeleição consecutiva.

Art. 35- Antes de findar o mandato, realizar-se-ão as eleições em prazo hábil para garantir a nova composição da Associação de Pais e Professores, respeitando-se o prazo da administração anterior.

Art.36 - A posse dar-se-á na data subseqüente ao vencimento do mandato da gestão anterior.

Parágrafo único – O Diretor , Coordenador ou professor do Centro de Educação dará posse ao Presidente da Associação de Pais e Professores e este aos demais membros da Diretoria, devendo a posse ser lavrada em ata, em livro próprio da respectiva Associação de Pais e professores.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS E SUAS APLICAÇÕES

SEÇÃO I

DOS RECURSOS

Art. 37- Os meios e recursos para manter os objetivos da UEX serão obtidos mediante:

- a) contribuição voluntária dos sócios;
- b) convênios;
- c) subvenções diversas;
- d) doações;
- e) promoções escolares;
- f) outras fontes.

Art. 38- Os recursos financeiros da Associação de Pais e Professores serão depositados em conta a ser mantida em estabelecimento bancário oficial do município e, na ausência deste, em outro banco, efetuando-se a movimentação por meio de cheques nominais assinados pelo Presidente e pelo Tesoureiro.

Dr. Carlos Sandro Reinert
ADVOGADO
OAB/SC 5919 CPF 434.372.579-00

SEÇÃO II

DA APLICAÇÃO

Art. 39- Os recursos financeiros serão gastos de acordo com o plano de aplicação previamente elaborado e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Art. 40- Caberá ao conselho fiscal acompanhar, supervisionar e fiscalizar a aplicação dos recursos da Associação de Pais e Professores.

CAPÍTULO VII

DA INTERVENÇÃO E DISSOLUÇÃO

SEÇÃO I

DA INTERVENÇÃO

Art. 41- Pela indevida aplicação de renda, responderão solidariamente os membros da Diretoria que houverem autorizado a despesa ou efetuado o pagamento.

Art. 42- Quando as atividades da Associação de Pais e Professores contrariarem as finalidades definidas neste estatuto ou ferirem a legislação vigente, poderá haver intervenção mediante solicitação do conselho Deliberativo às autoridades competentes.

§ 1º- O processo regular de apuração dos fatos será feito pelo órgão educacional cuja unidade escolar estiver sob sua jurisdição.

§ 2º- A intervenção será determinada pelo secretário de educação Estadual ou Municipal, mediante Resolução.

SEÇÃO II

DA DISSOLUÇÃO

Art. 43- A Unidade executora somente poderá ser dissolvida:

- a) por decisão de 2/3 (dois terços) de seus associados, manifestada em Assembléia Geral Extraordinária, especificamente convocada para tal fim;
- b) em decorrência da extinção do estabelecimento de ensino;
- c) em decorrência de ato legal emanado do poder competente;
- d) em caso de desativação da Associação de Pais e professores, o Presidente do Conselho Deliberativo deverá enviar, ao órgão educacional de sua

Dr. Carlos Sandro Heinert
ADVOGADO
OAB/SC 5919 CPF. 434.372.579-00

jurisdição, uma comunicação escrita explicando os motivos da respectiva desativação, devidamente assinada por todos os membros da Diretoria e associados.

Parágrafo único Em caso de dissolução da APP (Associação de Pais e Professores) o destino de seu patrimônio, respeitados os compromissos existentes será deliberado por Assembléia geral, podendo ser destinado à entidades de fins não econômicos designados no estatuto, ou, omissos estes, por deliberação dos associados, à instituições municipais, estaduais ou federais, de fins idênticos ou semelhantes

CAPÍTULO VIII

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44- Os sócios não respondem pela obrigações da Associação de Pais e Professores.

Art. 45- São sócios fundadores da associação de Pais e Professores as pessoas que participaram da reunião de fundação, cujos nomes constam da respectiva ata.

Art. 46- A Associação de Pais e Professores não distribuirá lucros sob nenhuma forma ou pretexto aos dirigentes ou associados e empregará os recursos de acordo com a decisão da Diretoria.

Art. 47- É vedada à Associação de Pais e Professores exercer qualquer atividade de caráter comercial no âmbito do estabelecimento de ensino.

Art. 48- A Associação de Pais e Professores constituirá um fundo de reserva para situações emergenciais, cujo percentual deverá ser decidido pela Diretoria em assembléia.

Art. 49- O presidente Estatuto só poderá ser reformulado por ato da Assembléia Geral Extraordinária.

Art. 50- A Diretoria e o Conselho Fiscal da Associação de Pais e professores ficam assim constituídos:

Diretoria:

Presidente – Margarete Radunz

Nacionalidade: brasileira

Estado civil: casada

profissão – paisagista

RG – 1.425 515

CPF – 512.354.479-87

Endereço: Alameda Trombudo Alto, 2519

Dr. Carlos Sapore Heinert

ADVOGADO

OAB/SC 8919 CPF: 434.972.579-00

Vice-Presidente Nome- Nacionalidade-Estado civil-
profissão – RG – CPF – Endereço.

Secretário (a): idem

Vice-Secretária idem

Tesoureiro (a): idem

Vice-tesoureiro: idem

Conselho Fiscal

Presidente – Nome- Nacionalidade-Estado civil-
profissão – RG – CPF – Endereço

Membros efetivos- idem

Membros suplentes- idem

Art. 51 – Este Estatuto será registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica da
Comarca de Trombudo Central.



SERVIÇO REGISTRAL DAS PESSOAS JURÍDICAS
Protocolo A-23.11.001-172 N.º.Ordem: 1001
Livro: A-06 Seq.: 765-11.001-9
Trombudo Central, SC, 20 de dezembro de 2004.

M.ª Goretti Santos Alcantara
Registradora

Agrolândia, 20 de dezembro de 2004.

Margarete Radunz

Margarete Radunz
Presidente do C.E.

Amarildo Michels

Amarildo Michels
Presidente do C.E. em exercício

Visto de um advogado
E nº de inscrição na OAB.

Dr. Carlos Sandro Heinert

ADVOGADO
OAB/SC 85114 CPF 434.912.879-00